

Breve reflexão sobre os novos paradigmas do urbanismo contemporâneo: território igualitário

Karliane Massari Fonseca

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil
kakamassari@hotmail.com

Rodrigo Cury Paraizo

Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil
rparaizo@gmail.com

ABSTRACT

Cities are undergoing a profound transformation in all aspects, be they economic, cultural or social: they are increasingly plural and diversified cities, in which we must find a way to follow all this evolution. Considering the contemporary problems that all cities face, the objective of this work is to present the first theoretical-methodological considerations on the paradigms of contemporary urbanism, referring to the dissertation project of the Doctoral degree in Urbanism (Postgraduate program in Urbanism - Federal University of Rio de Janeiro). These are initial reflections of a project in process of elaboration, which seeks to understand the current urban problems and the need for solutions that manifest themselves from a more equitable and sustainable territory, where the bibliographical research that constitutes the work structure was used such as the identification of theories and solutions found in the winners of the "Global Awards for Sustainable Architecture" award. Before the studies, it was verified that these actions, experiences, questions and theories propose a search for the reconstruction and construction of a new urban civilization, of a new urban paradigm, that seeks to respond to the new needs of society. We conclude that the analysis of these new urban paradigms contributes to the development of studies on the praxis and epistemology of contemporary urbanism.

Keywords: Paradigms; Urbanism; Egalitarian territory; City.

1. INTRODUÇÃO

Com as transformações sem precedentes que as cidades vivem hoje em concorrência com suas mais trágicas consequências é necessária uma nova forma de olhar o mundo. As modificações advindas da globalização, e esse duplo processo de metropolização, chamada por Ascher (2010) de Metápoles¹, transformaram e ainda transformam nossas cidades cotidianamente, onde ele acrescenta que estamos vivendo uma terceira revolução urbana. Essa terceira revolução tem como característica espaços mutantes, dinâmicos e múltiplos de escolhas, onde os indivíduos enfrentam dia após dia, que variam segundo seus próprios meios e dão origem aos perfis da vida de consumo. Orientada pelos valores capitalistas, essa sociedade é movida cada vez mais pelos princípios tecnológicos, que fazem o homem se associar cada vez mais às máquinas, consumir mais recursos e gerar mais resíduos.

¹ A metápole chamada por Ascher (2010) significa um novo tipo de território urbano advindo a partir de um duplo processo de metropolização, que dá origem ao processo de metapolização, característico do urbanismo do século XXI ou da terceira revolução urbana moderna, que é representada pela economia cognitiva, as tecnologias de informação e comunicação (TIC) e as cidades hipertextos.

O entendimento da metapolização apenas se inicia, mas seus efeitos já se fazem sentir pelas suas consequências econômicas, demográficas, sociais e culturais. Esta terceira modernidade traz também uma nova e diversa classe de problemas, das quais a escassez dos recursos naturais, diretamente relacionada ao modo de vida e aos modelos de industrialização, certamente está entre os mais importantes. Saber lidar com essas transformações frente ao desenvolvimento urbano se torna um desafio para a gestão das cidades contemporâneas.

Hoje, verifica-se a emergência de novos paradigmas do urbanismo para dar conta das consequências da globalização e do desenvolvimento econômico capitalista atual, buscando novas formas de olhar e agir na cidade para reduzir, resolver ou mesmo subverter esses problemas. Moscato (2006, p. 41) também se indaga sobre “quais serão os novos paradigmas do século XXI?”, levantando a importância para a reflexão desse novo modo de pensar o mundo, das mudanças compreendidas na contemporaneidade.

O objetivo do presente estudo é examinar alguns dos novos paradigmas do urbanismo, mais especificamente levantando os aspectos das soluções e teorias encontradas nessa contemporaneidade a partir da ideia de um “território igualitário”, que é identificada nos discursos projetuais e teóricos dos vencedores do “*Global Awards for Sustainable Architecture*”. O prêmio foi criado em 2006 pela arquiteta e professora Jana Revedin em parceria com a instituição francesa Cité de l'Architecture et du Patrimoine. É uma premiação anual conferida a cinco arquitetos que contribuem para um desenvolvimento mais justo e sustentável, possuindo projetos e ideias com uma abordagem inovadora e participativa em resposta às necessidades da sociedade, sejam eles especialistas na autoconstrução ou no autodesenvolvimento, para a equidade social e urbana. Examinaremos mais detidamente os fundamentos teóricos propostos pelo arquiteto Phillippe Madec, que foi um dos vencedores no ano de 2012 do mesmo prêmio, que julgamos representarem um quadro teórico-conceitual abrangente e representativo das demais ideias e teorias apresentadas pelo prêmio.

Essas reflexões se configuram como um pequeno passo no sentido de promover um amplo debate sobre as ideias que percorrem, atualmente, nossas cidades e o pensar a cidade a partir do tema geral da investigação sobre os novos paradigmas urbanísticos a partir do desenvolvimento sustentável e justo.

2. REVISÃO

2.1 Os paradigmas e a cidade hoje

O significado de paradigma aqui buscado possui o sentido clássico da ideia de modelo, que para Kuhn (2013), em seu texto de 1962, são formas de orientação para o conhecimento científico, pois cumprem a finalidade de facilitar a integração, através da assimilação de uma espécie de mapa ou roteiro que dão um suporte básico de conhecimentos à concepção e recepção das teorias, dos problemas, das soluções científicas, em que “prepara basicamente o estudante para ser membro da comunidade científica na qual atuará mais tarde” (KUHN, 2013, p. 54).

Mas antes de se lançar a esses paradigmas, a essas teorias aqui investigadas é necessário apresentar o período pré-paradigmático, chamado por Kuhn (2013), o que seria o momento em que vivemos atualmente, pois, segundo ele, se configura a um momento marcado por debates e discussões

constantes e profundos a respeito dos problemas, métodos, modelos e padrões de solução legítimos, que caracterizam as revoluções científicas.

Os paradigmas presentes na revolução científica devem ser, conforme Kuhn (2013), atacados e então transformados; de modo análogo, podemos examinar os diferentes modos de planejamento e os planos injetados nos espaços urbanos das cidades ao longo do tempo, identificados, no Brasil, segundo Villaça (1999), pela higienização nas décadas de 1875 a 1930, pelos planos de embelezamento no período de 1930 a 1992 e pelos movimentos pela reforma urbana na década de 1992 a 2001. Podemos acrescentar, ainda, os famosos planejamentos estratégicos, mais recentemente, e os projetos participativos, com a interlocução do planejamento urbano e o Estatuto da Cidade criado em 2001. A partir dessa trajetória do planejamento urbano no Brasil é possível perceber os caminhos que o urbanismo percorreu para chegar aos dias de hoje, onde a grande maioria desses projetos, planos e ações, embora nem tão antigos, se encontram defasados, diante da complexidade, dinâmica e expansão que as cidades vivenciam. E se deparam, atualmente, com a necessidade da transformação.

O pensamento do urbanismo contemporâneo revela as estratégias que a grande maioria das cidades estabelecem para a gestão urbana, onde os planos e projetos elaborados e concretizados no espaço urbano traduzem a exacerbação do consumismo e do poder hegemônico representados nas grandes reformas urbanas das cidades do século XXI, a partir do engenhoso auxílio das estratégias do marketing urbano. Essas ações e projetos adotados, atualmente, se assemelham aos planos estratégicos de que Castells e Borja (1996) falam, pois trazem como pano de fundo o papel central das cidades, identificadas como os atores políticos e sociais, que tem a função de interlocução entre os agentes urbanos. E tem como consequência o conjunto de problemáticas que vivenciamos nas cidades, onde Maricato (2000) caracteriza como sendo uma cidade compreendida apenas por uma parte da sociedade, onde os direitos sociais e urbanos privilegiam o poder do dinheiro, refletindo ainda mais a desigualdade existente no país.

De acordo com Harvey (2014), a maioria dos conceitos atuais são individualistas e fundados somente na propriedade, e, que por isso priorizam a lógica do mercado hegemônico liberal e neoliberal, pois “vivemos em um mundo no qual os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direitos em que se possa pensar” (HARVEY, 2014, p.27). Para Santos (2001), o território hoje se configura no território do dinheiro, no território esquizofrênico, pois caracteriza essa dicotomia entre a globalização que introduz uma nova ordem, mas, ao mesmo tempo, manifesta uma contra-ordem com a marginalidade, as desigualdades e os pobres. E essa noção da relação de poder no espaço é segundo Saquet (2013), que dá forma à compreensão sobre o conceito de território hoje, que se configura para o autor como um lugar de apropriações e produção de espaços que estão diretamente ligados ao controle e a dominação social.

Os caminhos do passado que o urbanismo percorreu e percorre dão margem ao entendimento e ao debate dos futuros possíveis para as cidades. Pereira (2006) afirma que as questões e problemáticas bastante debatidas hoje, não são assuntos recentes sobre a história das cidades, mas pelo contrario, é a formação do acúmulo de processos que foram construídos ao longo dos anos e por isso a importância da sua compreensão para a assimilação da atualidade que experienciamos. Essas ideologias vigentes nos projetos detectados na paisagem urbana das cidades, hoje, e mesmo ao longo dos anos, diz respeito às mudanças de pensamentos no urbanismo e na arquitetura, que revelam o caráter transformador das

revoluções científicas retratadas por Kuhn (2013), que são essenciais e necessárias para as perspectivas futuras, que nos encontramos.

Desta forma, os paradigmas em voga devem ser superados. Vicentini (2001, p.12) afirma que isso “não se trata do fim do urbanismo, mas sim o fim das possibilidades de reproduzir utopias sociais urbanas”, que fazem referência a uma época e um ciclo, onde devemos procurar nos adaptar a essas mudanças e recriar os novos paradigmas, um novo urbanismo que configure e represente a sociedade contemporânea. Esses antigos modelos ou paradigmas devem ser renovados, pois conforme Kuhn (2013, p.120) essa mudança se dá por meio do “conflito entre o paradigma que revela uma anomalia e aquele que, mais tarde, a submete a uma lei”, ou seja, é uma ruptura, na qual o novo paradigma assume o papel de orientação que o antigo desempenhava, desencadeando um fenômeno que faz surgir novas teorias. Essas possibilidades de mudanças dos paradigmas atuais delineiam e são fundamentais para a definição de trajetórias revolucionárias (HARVEY, 2014).

Uma revolução formal, uma metamorfose do interior baseada nas mudanças dos modos de vida, do cotidiano, e que irá responder às eventualidades do futuro é uma das soluções encontradas (MADEC, 2014; SLOTERDIJK, 1993). E que Lefebvre (1947) traz como sendo a “reabilitação da crítica da vida cotidiana”, a qual deve-se distinguir entre o humano e os aspectos humanos, que só afirmam os limites da sociedade capitalista. Desta maneira, Revedin (2015), também, aponta que é necessário que haja uma mudança de paradigma para o restabelecimento de condições humanas mais igualitárias, que devem ser expressas tanto nas megalópoles, como nos territórios rurais empobrecidos. Esse aspecto de transformação é considerado para Harvey (2014, p. 272) como um movimento que “deve abrir caminho ao florescimento humano universal, para além das coerções da dominação de classe e das determinações mercantilizadas do mercado”, onde ele caracteriza como sendo a luta anticapitalista e o ponto de partida para organizar e reivindicar as cidades.

As metápoles urbanas e seu capital cognitivo se atrelará as novas práticas contemporâneas de um novo ‘re-encantamento do mundo’² e aos debates e discussões sobre o desenvolvimento de um urbanismo mais consciente, através de um equilíbrio entre o capital econômico, humano e natural. Os novos paradigmas, assim, integram-se na história da organização espacial das cidades contemporâneas como novas possíveis perspectivas para os territórios urbanos e, até mesmo, para a transformação da sociedade, pois segundo Kuhn (2013), os paradigmas são uma forma de projeto em que o indivíduo se compromete com alguma coisa concreta para a reconstrução da sociedade a partir de uma nova teoria, ideia ou estrutura.

2.2 Novos paradigmas: o território igualitário

As cidades, hoje, enfrentam ante os limites da natureza e da terra uma série de problemáticas que devem ser retratadas nos debates contemporâneos, nos métodos de ação, nas dinâmicas da economia cognitiva, nas tecnologias de informação e comunicação e nas cidades hipertextos, que são revelados no urbanismo do século XXI. E a partir de demonstrações tímidas, em nosso contexto atual, a grande parte do planejamento das cidades ainda não busca levar em consideração a conexão da

² O ‘re-encantamento do mundo’ diz respeito à exposição visitada “*Réenchancer le monde: Architecture, ville, transitions*”, que aconteceu de 21 de maio a 06 de outubro de 2014 em Paris, que apresentou trabalhos e teorias elaborados por 40 arquitetos vencedores do *Global Awards for Sustainable Architecture*, mencionado anteriormente. E que foram reunidas, também, no livro: “*Ré-enchanter le monde. L’architecture et la ville face aux grandes transitions*”.

sociedade com o seu território e muito menos com as ações diversas que relaciona a natureza e seus próprios limites, que estão diretamente ligados ao desequilíbrio social e ambiental, ao crescimento a todo custo, ao território desigual e uma série de tantas outras problemáticas contemporâneas que são apenas consequências e cascatas dos já citados, onde esses novos paradigmas a serem investigados tentam responder de alguma forma, através de práticas mais sustentáveis, igualitárias sobre as escalas sociais, ambientais e territoriais.

Para Madec (2014) é necessária a criação de uma nova relação de humanidade com seu planeta, do homem com a terra, uma relação equilibrada, que autorizará a necessária metamorfose de nossos mundos e tornará possível o futuro das gerações, que é apontado a partir da sua teoria do território igualitário. Esse conceito é, também, identificado nas correntes de pensamento e de ação que buscam interferir de maneira global e dentro do espaço urbano seja de forma a repensar a utilização dos recursos e da organização das redes de comunicação, infraestrutura e interação entre as pessoas para contribuir na construção de um novo equilíbrio global (LOW, 2014); nos pensamentos e ações que buscam na dinâmica da cidade existente a sua própria solução e lançam mão de processos participativos de construção ou reconstrução da urbanidade, de processos de construção da solidariedade, (MAZZANTI, 2014) ou, mesmo, de reconstrução de uma morfologia urbana que privilegia o espaço público e o encontro da diversidade, como as ideias contidas na proposta da “Cidade Radicante” de Jana Revedin (2014).

O aprofundamento das teorias de Philippe Madec com o conceito do território igualitário representa um arcabouço que se faz necessário para a construção dos novos paradigmas do urbanismo. Essa compreensão da hipercomplexidade contemporânea e a identificação da interdependência dos diferentes aspectos dos estabelecimentos humanos para Madec (2012) são fundamentais no que tange o pensamento em conjunto da Terra com a humanidade. A noção do conceito de território igualitário vem da lógica não mais concebível de dependência entre as relações, mas, sim, de modos mais articulados e equitativos dos espaços, onde devemos valorizar os mecanismos de solidariedade territorial e pensar no que há de comum nesses territórios (MADEC, 2017). E essa solidariedade foi identificada por Santos (2001, p.116), como sendo a prática da solidariedade horizontal, que tem como objetivo “ultrapassar as soluções imediatistas (por exemplo, eleitoralismos interesseiros e apenas provisoriamente eficazes) e alcançar a busca política genuína e constitucional de remédios estruturais e duradouros”.

Para conseguir isso, não faremos economias de reinventar as governanças, entre a visão global e a solidariedade inter-local, de repensar no jogo dos atores em todas as suas escalas, no todo em direção à equidade territorial. Pensar no equilíbrio dos territórios poderia ser nutrido por outra forma de olhar para o planejamento de cunho ecológico. (MADEC, 2017, p. 21, tradução dos autores).

Mas, segundo Madec (2015), antes de pensarmos nesse território igualitário, devemos desconstruir o discurso de que tudo é urbano ou virou urbano; na compreensão do autor, isso ignora uma série de particularidades e critérios presentes nos espaços rurais, onde se configuram uma diversidade de espacialidades, de atitudes, de tradições socioculturais, econômicas e ambientais distintas, que identificam o próprio universo rural.

O novo paradigma, para Madec (2015), está exatamente na natureza como um modelo e expressão da vida e tampouco como os clichês já pré-estabelecidos há um tempo, tal como nas cidades

verdes e toda sorte de nomenclaturas que possam surgir, mas como uma natureza que representa uma multiplicidade de características e aspectos. E esses dilemas sobre questões ambientais e sociais constituem uma necessidade muito além de qualquer modismo (COSTA, 2000). Este debate atual em torno da eco escassez, dos limites naturais, da superpopulação e da sustentabilidade é um debate sobre a preservação de uma ordem social específica e não um debate acerca da preservação da natureza em si (HARVEY, 1996), que devem ser repensados de forma a levar em consideração a natureza, como um caminho para o futuro ambiental, para o desenvolvimento urbano e social.

Deste modo, podemos pensar na sincronia desses territórios a partir da “eco-região” de Madec (2012), onde ele determina que encontraremos a verdadeira equidade territorial, mas afirma, antecipadamente, que será uma grande aventura contemporânea, pois é bastante difícil pensar e configurar os espaços urbanos e rurais desta maneira, posto que herdamos em nossos territórios a expressão mais forte da segregação. Portanto, essa equidade territorial é identificada por Madec (2017), na equidade e solidariedade dos territórios, na igualdade de desenvolvimento, na dedicação aos habitantes e aos mais desfavorecidos, que concebe a dimensão espacial da justiça social. Para se chegar a tal fim, ele questiona por que é tão custoso “pensar no território em termos de uma área de influência urbana e metropolitana, que permitiria reconhecer a interdependência de todas as especificidades favoráveis e negativas dos territórios” (MADEC, 2017, p.22, tradução dos autores).

E isso para Revedin (2014) seria uma conformação, também, das particularidades da teoria da “Cidade Radicante”, que surge depois da chamada “Petropolis”³ e que hoje é definida pela “Ecopolis”, que é concretizada por um espaço habitado ecosófico e regenerativo e assegura o restabelecimento da autossuficiência. A Ecopolis para a autora está sendo criada no sentido da cidade existente, a qual deve readaptar as necessidades do novo tempo. Desta forma a “Cidade Radicante” se desenvolve nos espaços de vida como as plantas, as heras, que fixam suas raízes onde elas encontram segurança e alimento. E tem como característica a criação de espaços abertos, projetos inacabados, robustos, adaptáveis, auto-regenerativos, habituados a compartilhar e decidir coletivamente. Ou seja, se trata de uma teoria que visa à existência de um urbanismo a partir de uma morfologia porosa que se adapta a qualquer estrutura, que vem a ser, uma inovação coletiva, que aceita, compartilha e estimula outras reações em cadeia, como um catalizador para o território igualitário.

Diferentes em suas estratégias, essas teorias trazem em comum a aproximação com as forças criativas das utopias, transformadas na ideia de futuros possíveis, ideia sintetizada de forma muito apropriada por Secchi (2006), postas em ação para buscar o enfrentamento dos desafios colocados, muitas das vezes, pela inconsequência da lógica de urbanização, de desenvolvimento a todo custo, de consumo ilimitado de todos os recursos disponíveis, que alimentam a desigualdade deste imenso “planeta favela” (DAVIS, 2006) e que podem ser encontradas no meio urbano segundo Harvey (2014, p.22), através de “uma multiplicidade de práticas prestes a transbordar de possibilidades alternativas”.

Portanto, como destaca o filósofo alemão Sloterdijk (1993), sobre as contradições e conflitos existentes entre os modos de vida atuais e futuros, podemos afirmar, mais uma vez, que existe uma incompatibilidade entre o velho mundo e o mundo que está por vir e por que não dizer o nosso mundo atual. Essa nova relação com os riscos, com a incerteza e com o futuro, retratada por Ascher (2010),

³ Para Revedin (2014) a era “Petropolis” é alimentada por contribuições cotidianas massivas de combustíveis fósseis, produtos dos resíduos sólidos, líquidos e gasosos, que não levam em consideração as consequências ecológicas.

constituirá o sucesso das questões referentes ao desenvolvimento sustentável, à busca do processo de modernização, que transformará a relação da sociedade com a natureza.

3. METODOLOGIA

A estrutura do trabalho se deu por meio de uma pesquisa básica, através de procedimentos metodológicos feitos a partir de pesquisa bibliográfica, que identificaram teorias, soluções e concepções arquiteturais e urbanas engajadas com o serviço e o desenvolvimento de um território mais igualitário e sustentável. E foram encontradas nos vencedores do prêmio "*Global Awards for Sustainable Architecture*", onde foram reunidos em dois livros: "*Ré-enchanter le monde. L'architecture et la ville face aux grandes transitions*" (2014) e "*La ville rebelle. Démocratiser le projet urbain*" (2015); que são relatados, aqui, brevemente em uma revisão de literatura que permite entender esses pensamentos e ideias para o futuro das cidades, os novos paradigmas.

4. RESULTADOS

A identificação dessas práticas e teorias contemporâneas do urbanismo representam a busca de um futuro território em equilíbrio com um ambiente, verdadeiramente, participativo, onde se torna essencial na efetivação das mudanças de paradigmas para essa sociedade diferenciada, mesmo com todas as transformações advindas dessa terceira revolução urbana. Os resultados obtidos estão presentes na discussão do trabalho, que possui uma breve reflexão sobre esse território igualitário como uma mudança de paradigma para o urbanismo. E que segundo Friedman (2015), o equilíbrio é um princípio fundamental para os seres vivos, os pensamentos, os organismos e as organizações. Logo, os novos paradigmas do urbanismo, vistos a partir de um território igualitário, se colocam como teorias e práticas focadas na construção de processos promotores ou facilitadores da inclusão social, focadas na construção da sustentabilidade ambiental, no respeito aos direitos humanos, especialmente o direito à cidade e à moradia, focadas na construção da cidadania e da urbanidade, dos paradigmas que parecem ser, parafraseando Montaner (2011), ensaios para mundos alternativos.

5. DISCUSSÃO

Em contraposição à matriz disciplinar posta por Kuhn (2013), que diz respeito à "incomensurabilidade" entre as teorias, onde no estado da "ciência normal" existe somente um paradigma presente, aqui, acreditamos que existem vários paradigmas presentes, que se aglutinam e só reafirmam a sociedade hipertexto de Ascher (2010). Apesar de estarem se debatendo e disputando em qual é o paradigma mais adequado, é visível que na era que vivemos é preciso de soluções e respostas plurais, de paradigmas diversos e não um único modelo ou padrão que irá se sobrepor.

O olhar sobre essas reflexões para a composição de espaços que gerem menos impacto sobre a natureza e a sociedade é de extrema importância para a urgente ruptura com essa inconsciência globalizada, para nossa própria permanência neste planeta. Por meio da relação entre espaço construído e natureza, da compactação e densificação dos espaços, da criação da consciência crítica, e, principalmente, por meio da participação social é que buscaremos a verdadeira sustentabilidade e equidade social. O exercício da arquitetura e urbanismo atual ao invés de gerar impacto, como vem acontecendo, pode produzir reações sustentáveis na sociedade, a qual irá contribuir para o

desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental, de acordo com a interlocução com os novos paradigmas do urbanismo.

Os arquitetos, urbanistas e demais profissionais que pensam a dinâmica das cidades por constituírem um dos elementos principais na produção dos espaços, devem ter em mente o seu fundamental papel na transformação social, cultural e ambiental, a partir da criação de uma consciência mais sustentável entre os atores urbanos. Mas, ainda assim, ter em mente que os habitantes, com suas improvisações, são os que fazem a cidade real e palpável (FRIEDMAN, 2015). Pois para a realização desse projeto, conforme Madec (2012), é necessário o compartilhamento entre atores e, principalmente, o projeto político, que se caracteriza na gestão do planejamento desse território em toda sua extensão. E que para Massey (2008) é retratado como sendo a política relacional do espacial, onde a política local deve ter uma mentalidade aberta, que vai além do entendimento do próprio lugar e que lida com as negociações do interior, com as lutas e os conflitos internos.

O que faz o bairro, o vilarejo, a cidade, a metrópole, a região ecoresponsável é o projeto político, não é o projeto técnico. A qualidade do seu projeto espacial é a consequência da força, da coerência e da qualidade da gestão de um projeto político em longo prazo. (MADEC, 2012, p. 3, tradução da autora).

As reflexões e pensamentos para o urbanismo contemporâneo devem corresponder às realidades socioeconômicas, políticas e culturais, a partir de uma perspectiva de médio e longo prazo, sempre presando melhores condições de vida para a sociedade e cidade sem repetir os padrões que não condizem com nossa atualidade (SANTOS, J., 2006). É importante ressaltar que essas teorias e pensamentos encontrados não podem ser tratados como modelos, ou cenários a serem seguidos como propõe os modelos cartesianos passados, mas pelo contrario, os pensamentos aqui expostos evidenciam o caráter de algo sistêmico e integrado, que se insere nas bases dos conceitos e princípios do urbanismo de Ascher (2010).

A importância do presente estudo está na compreensão que devemos ter perante as mudanças que nossas cidades e, principalmente, a sociedade vivência e enxergar essas novas transformações como possíveis alternativas para o mundo mais habitável, mesmo que com falhas, como tantas outras soluções e ideias passadas expostas e vividas atualmente. A manifestação e análise desses novos paradigmas para o urbanismo revela a necessidade de encontrar respostas ou possibilidades para o emaranhado de problemas que a sociedade enfrenta cotidianamente. E que para Harvey (2014) estão caracterizados em três questões fundamentais: a acumulação global da pobreza, a degradação ambiental e a intangível história do desenvolvimento capitalista, em que se configuram como sendo as problemáticas elementares e globais, vistas em todo canto do planeta, até mesmo nas cidades mais desenvolvidas como diria Revedin (2015).

6. COMENTÁRIOS FINAIS

Esta pesquisa é um pequeno passo no sentido de promover uma mais ampla reflexão sobre a práxis contemporânea da arquitetura e do urbanismo. A intenção é, ao debater os novos paradigmas que vêm se afirmando, contribuir para a construção de uma prática mais consciente e mais comprometida com as necessidades da ampla maioria da população mundial. É neste sentido que são encontrados trabalhos pelo mundo inteiro, de arquitetura e de urbanismo, presentes através dos premiados do “*Global Awards for Sustainable Architecture*”, ou, até mesmo, nos vários Coletivos

identificados em todas as partes do mundo, em diversas escalas que estão revertendo práticas e introduzindo novas teorias, novos paradigmas para a transformação das problemáticas cotidianas que vivemos.

Assim, é possível ter um delineamento sobre o urbanismo contemporâneo e seus caminhos futuros para a gestão das cidades e seu território. Bem como, o auxílio no desenvolvimento do ensino acadêmico a partir das novas possibilidades que estão sendo traçadas nacionalmente e internacionalmente em suas mais variadas escalas que interferem tanto a vida cotidiana, como a comunidade, a cidade e o mundo que o indivíduo habita. Constatase que essas novas reflexões sobre as problemáticas e seus enfrentamentos são fontes de soluções concretas e positivas para as gerações presentes e, principalmente, futuras na busca de um território urbano mais igualitário, benevolente e sustentável.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o apoio da Capes à pesquisa e a concessão de bolsa de doutorado.

REFERÊNCIAS

- ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Revista Novos Estudos Cebrap**. São Paulo: n. 45, p. 152-166. jul. 1996.
- COSTA, Heloísa S. M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, n. 2, mar. 2000.
- DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.
- FRIEDMAN, Yona. Prefácio. In: REVEDIN, Jana (org.). **La ville rebelle. Démocratiser le projet urbain**. Paris: Manifestô Alternatives, 2015.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- _____. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Oxford: Blackwell Publishers, pp. 176- 204, 1996.
- KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne: Introduction**. Paris: Bernard Grasset, 1947.
- LOW, Kevin. Le dogme. In: CONTAL, M. (org.). **Ré- enchanter le monde. L'architecture et la ville face aux grandes transitions**. Paris: Manifestô Alternatives, 2014.
- MADEC, Philippe. La confiance & l'en commun. **Grand Prix de l'urbanisme**. Autobiographie scientifique, 2017. Disponível em: <www.philippemadec.eu/telecharger-la-confiance-len-commun.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2017.
- _____. L'étendue de l'en-commun: contribution à la politique 'Qualité de vie, culture et solidarités'. CONSEIL ECONOMIQUE, SOCIAL ET ENVIRONNEMENTAL. Bretagne, audition, 26 maio 2015. Disponível em: <<http://www.philippemadec.eu/ecrits-genre-conferences-classes-par-recemement.html>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

_____. OSER: L'altérité, le spécifique, la bienveillance, les cultures. **Cité de l'architecture**, Paris, 2014. Disponível em: <<http://www.philippemadec.eu/ecrits.html>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

_____. Vers la ville bienveillante. Cycle « La ville durable et intelligente ». **L'Ambassade de France**(org.), Barcelone, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.philippemadec.eu/ecrits-genre-conferences.html>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MAZZANTI, Giancarlo. Du projet social au sentiment de solidarité. In: CONTAL, M. (org.). **Ré-enchanter le monde**. L'architecture et la ville face aux grandes transitions. Paris: Manifestô Alternatives, 2014.

MONTANER, Josep M.; MUXI, Zaida. **Arquitectura y Política: ensaios para mundos alternativos**. Barcelona: Gustavo Gili, 2012.

MOSCATO, Jorge. Percursos do urbanismo contemporâneo. In: MACHADO, Denise B. P. (org.). **Sobre Urbanismo**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2006.

PEREIRA, Margareth S. Globalização e história ou atores sociais e culturas urbanas já são levados a sério? In: MACHADO, Denise B. P. (org.). **Sobre Urbanismo**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2006.

REVEDIN, Jana. La Ville Radicante: une morphologie en œuvre ouverte pour la ville durable. In: CONTAL, M. (org.). **Ré-enchanter le monde**. L'architecture et la ville face aux grandes transitions. Paris: Manifestô Alternatives, 2014.

_____. **La ville rebelle**. Démocratiser le projet urbain. Paris: Manifestô Alternatives, 2015.

SANTOS, José C. L. Reflexões por um conceito contemporâneo de urbanismo. **Malha Urbana - Revista Lusófona de Urbanismo**, n. 3, maio 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/malhaurbana/article/view/87>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único**. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções sobre o território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SECCHI, Bernardo. **Primeira lição de urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SLOTERDIJK, Peter. **Dans le même bateau: essai sur l'hyperbolique**. Ed. Rivages, Allemagne, 1993.

VICENTINI, Yara. Teorias da cidade e as reformas urbanas contemporâneas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 3, p. 9-31, jan./jun. 2001. Editora da UFPR. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/made/article/view/3026>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli R. (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169-243.